

## Campanha da Fraternidade 2016

*Pe. Nelito Dornelas e Magda Melo*

A Campanha da fraternidade em 2016 terá como TEMA: “Casa comum, nossa responsabilidade” e o LEMA: “Quero ver o direito brotar como fonte e correr a justiça qual riacho que não seca” (Amós 5,24). Reunirá outras igrejas cristãs além da católica. Tal como nas três outras CF ecumênica anteriores, a ação será coordenada pelo CONIC. Uma das maiores novidades para esta IV edição é que contará com a participação da Misereor - entidade episcopal da Igreja Católica da Alemanha que trabalha na cooperação para o desenvolvimento na Ásia, África e América Latina, que deseja transpor as fronteiras nacionais.

### **Por um ecumenismo integral que passe também pelas relações ecumênicas entre nossas comunidades e pastorais.**

A Bíblia não salva. Religião não salva. É Deus quem nos salva. A Bíblia abre nossos olhos, ensina-nos a enxergar melhor e a religião prepara nossos caminhos para a salvação. Geralmente, lemos a Bíblia carregados de coisas e ideias das nossas igrejas e dos grupos eclesiais dos quais participamos, mas a Bíblia não fala das igrejas e do meu grupo, ela fala das histórias de Deus e do seu povo. A Bíblia é ecumênica. Ela é mais do que o judaísmo e o Cristianismo.

Na Bíblia encontramos uma palavra de Deus para a nossa vida. “A fé vem pelo ouvido” (Rm 10,7). “Escuta, Israel, o Senhor teu Deus é o único”(Dt 6,4).

Afinal, de quem é Deus? Todas as religiões têm a tentação de pensar que “Deus é nosso”. A Bíblia mostra que Deus se revela ensinando as pessoas e comunidades a dialogarem e a descobrirem sempre a sua presença no outro. Desde o primeiro momento, Deus cria tudo não para si e sim para a vida de todos. Ao criar o universo, não se afirma nem se impõe. Cria, retirando-se para dar lugar à criatura, ao outro. Esse gesto divino de diálogo com o ser humano, respeitando-o como outro e autônomo, repete-se em cada momento da revelação. Deus se revela como muito próximo e, ao mesmo tempo, escondido. É um amor que se revela para libertar e se esconde para deixar que o outro seja livre.

No livro de Gênesis, vemos Deus criar o universo e a humanidade para a comunhão. Na história de Caim e Abel a divisão aparece. Caim é a figura da pessoa religiosa que se sente mal com a bênção que o outro recebe, mesmo sendo ele seu irmão. E o mata para se afirmar diante dele e de Deus. É uma questão de poder.

Na história de Noé está a figura do ser humano aberto que aceita a aliança de Deus com todo o universo. Na bênção de Deus a Noé, o mandamento é o de nunca derramar o sangue do irmão (cf Gn 9,6).

De certa forma, a responsabilidade pelo irmão é o único mandamento, pois o único projeto de Deus é cuidar do ser humano.

De quem é Deus? Deus não é propriedade de ninguém, de nenhuma religião, de nenhuma igreja, de nenhum grupo religioso. Nós é que somos de Deus. Deus renova sua aliança com Abraão e seus descendentes (Gn 15 e 17), com Moisés e o povo hebreu (Ex19-24). Em meios aos conflitos e divisões

Deus renova sua aliança através dos Profetas (Os 2,16, Jr 30-31), E em Jesus inaugurou-se a nova e eterna aliança aberta a toda humanidade.

Os evangelhos nos apresentam Jesus realizando esta aliança mediante o diálogo com o Pai, chamando-o de ‘papaizinho’, termo vulgar para a religiosidade da época. Aplicá-lo a Deus poderia parecer, não só sinal de pouco respeito, mas até mesmo algo errôneo e blasfematório.

Jesus dialoga com os outros, privilegiando os que estavam nas beiras, às margens de qualquer sistema, nas periferias. Chegou a dizer: “Muitos virão do oriente e do ocidente e se sentarão à mesa do Reino de Deus, enquanto outros que se consideravam filhos do Reino, ficarão fora” (Mt 8,11-12).

Desde o dia de Pentecostes, esta parte do povo de Deus reunida por Jesus Cristo, a igreja, teve a clara consciência de sua missão: “Que todos sejam um, como Tu, Pai, estás em mim e eu em Ti; que também eles estejam em nós, a fim de que o mundo creia que Tu me enviaste”(Jo17,21).

### **Papa Francisco e o cuidado com a casa comum**

O papa Francisco, na encíclica *Laudato si* nos aponta caminhos que devemos trilhar para cultivar a espiritualidade ecológica em perspectivas ecumênicas nos níveis da fé trinitária, das relações humanas, no cotidiano, nas relações interpessoais, nos diferentes contextos, na solidariedade com as gerações presentes e nas instituições. Chamo atenção para a última. Nossas instituições pesadas e doentes são fatores de adoecimento das pessoas que nelas vivem e atuam. É chegada a hora de uma ecologia das instituições para que estas sejam curadoras e promotoras da saúde física, psíquica e espiritual.

O objetivo principal da campanha será chamar atenção para a questão do saneamento básico que, no Brasil, caminha a passos lentos – apesar da importância do mesmo para garantir desenvolvimento, saúde integral e qualidade de vida para todas as pessoas.

### **Ecologia trinitária**

“As Pessoas divinas são relações subsistentes; e o mundo, criado segundo o modelo divino, é uma trama de relações. As criaturas tendem para Deus; e é próprio de cada ser vivo tender, por sua vez, para outra realidade, de modo que, no seio do universo, podemos encontrar uma série inumerável de relações constantes que secretamente se entrelaçam. Isto convida-nos não só a admirar os múltiplos vínculos que existem entre as criaturas, mas levamos também a descobrir uma chave da nossa própria realização. Na verdade, a pessoa humana cresce, amadurece e santifica-se tanto mais, quanto mais se relaciona, sai de si mesma para viver em comunhão com Deus, com os outros e com todas as criaturas. Assim assume na própria existência aquele dinamismo trinitário que Deus imprimiu nela desde a sua criação. Tudo está interligado, e isto convida-nos a maturar uma espiritualidade da solidariedade global que brota do mistério da Trindade” (*Laudato si* 240).

### **Ecologia humana**

“A ecologia humana implica também algo de muito profundo que é indispensável para se poder criar um ambiente mais dignificante: a relação necessária da vida do ser humano com a lei moral inscrita na sua própria natureza. Bento XVI dizia que existe uma “ecologia do homem”, porque ‘também o homem possui uma natureza, que deve respeitar e não pode manipular como lhe apetece’. Nesta linha, é preciso reconhecer que o nosso corpo nos põe em relação direta com o meio ambiente e com os outros seres vivos. A aceitação do próprio corpo como dom de Deus é necessária para acolher e aceitar o mundo inteiro como dom do Pai e casa comum; pelo contrário, uma lógica de domínio sobre o próprio corpo transforma-se numa lógica, por vezes sutil, de domínio sobre a criação. Aprender a aceitar o próprio corpo, a cuidar dele e a respeitar os seus significados é essencial para uma verdadeira ecologia humana. Também é necessário ter apreço pelo próprio corpo na sua feminilidade ou masculinidade, para se poder reconhecer a si mesmo no encontro com o outro que é diferente. Assim, é possível aceitar com alegria o dom específico do outro ou da outra, obra de Deus criador, e enriquecer-se mutuamente. Portanto, não é salutar um comportamento que pretenda cancelar a diferença sexual, porque já não sabe confrontar-se com ela” (Laudato si 155).

### **Ecologia do cotidiano**

“O amor, cheio de pequenos gestos de cuidado mútuo, é também civil e político, manifestando-se em todas as ações que procuram construir um mundo melhor. O amor à sociedade e o compromisso pelo bem comum são uma forma eminente de caridade, que toca não só as relações entre os indivíduos, mas também ‘as macrorrelações como relacionamentos sociais, econômicos, políticos’. Por isso, a Igreja propôs ao mundo o ideal duma ‘civilização do amor’. O amor social é a chave para um desenvolvimento autêntico: ‘Para tornar a sociedade mais humana, mais digna da pessoa, é necessário revalorizar o amor na vida social – nos planos político, económico, cultural – fazendo dele a norma constante e suprema do agir’. Neste contexto, juntamente com a importância dos pequenos gestos diários, o amor social impele-nos a pensar em grandes estratégias que detenham eficazmente a degradação ambiental e incentivem uma cultura do cuidado que permeie toda a sociedade. Quando alguém reconhece a vocação de Deus para intervir juntamente com os outros nestas dinâmicas sociais, deve lembrar-se que isto faz parte da sua espiritualidade, é exercício da caridade e, deste modo, amadurece e se santifica” (Laudato si 231).

### **Ecologia das instituições**

“Se tudo está relacionado, também o estado de saúde das instituições duma sociedade tem consequências no ambiente e na qualidade de vida humana: ‘toda a lesão da solidariedade e da amizade cívica provoca danos ambientais’. Neste sentido, a ecologia social é necessariamente institucional e progressivamente alcança as diferentes dimensões, que vão desde o grupo social primário, a família, até à vida internacional, passando pela comunidade local e a nação. Dentro de cada um dos níveis sociais e entre eles, desenvolvem-se as instituições que regulam as relações humanas. Tudo o que as danifica comporta efeitos nocivos, como a perda da liberdade, a

injustiça e a violência (...) Tanto dentro da administração do Estado, como nas diferentes expressões da sociedade civil, ou nas relações dos habitantes entre si, registam-se, com demasiada frequência, comportamentos ilegais” (Laudato si 142)

### **Ecologia das relações humanas**

“Hoje, a análise dos problemas ambientais é inseparável da análise dos contextos humanos, familiares, laborais, urbanos, e da relação de cada pessoa consigo mesma, que gera um modo específico de se relacionar com os outros e com o meio ambiente. Há uma interação entre os ecossistemas e entre os diferentes mundos de referência social e, assim, se demonstra mais uma vez que ‘o todo é superior à parte’ (Laudato si 141).

### **Ecologia da solidariedade com as gerações presentes**

“A dificuldade em levar a sério este desafio tem a ver com uma deterioração ética e cultural, que acompanha a deterioração ecológica. O homem e a mulher deste mundo pós-moderno correm o risco permanente de se tornar profundamente individualistas, e muitos problemas sociais de hoje estão relacionados com a busca egoísta de uma satisfação imediata, com as crises dos laços familiares e sociais, com as dificuldades em reconhecer o outro (...) Não percam tempo a imaginar os pobres do futuro, é suficiente que recordemos os pobres de hoje, que poucos anos têm para viver nesta terra e não podem continuar a esperar. Por isso, para além de uma leal solidariedade entre as gerações, há que reafirmar a urgente necessidade moral de uma renovada solidariedade entre os indivíduos da mesma geração” (Laudato si 162).

### **O que é Saneamento Básico**

Saneamento básico é o conjunto de medidas adotadas em uma região, em uma cidade, para melhorar a vida e a saúde dos habitantes impedindo que fatores físicos de efeitos nocivos possam prejudicar as pessoas no seu bem-estar físico mental e social. O abastecimento de água potável, o esgoto sanitário, a limpeza urbana, o manejo de resíduos sólidos e drenagem das águas pluviais são o conjunto de serviços de infraestruturas e instalações operacionais que vão melhorar a vida da comunidade. É importante a preocupação dos governantes garantirem o bem estar e a saúde da população desde que também sejam tomadas medidas para educar a comunidade para a conservação ambiental.

### **Saneamento básico no Brasil**

Um dos problemas mais graves nas grandes periferias do Brasil é justamente a falta do saneamento básico e é este um dos fatores mais importantes da saúde porque de acordo com o meio onde vivem podem contrair e transmitir muitas doenças, inclusive, por exemplo, doenças respiratórias, vermes e tantas outras. Portanto o acesso à água potável e algumas condições de higiene, evitam muitas doenças e diminui assim o custo com tratamentos.

O investimento no saneamento básico é crucial na sociedade, já que cada R\$ 1 investido em saneamento equivale a uma economia de R\$ 4 na área de saúde, porque o saneamento básico representa medidas de prevenção.

Além disso, outro fator importante do saneamento básico é a sua capacidade de criação de trabalho. Em 2010, este setor criou 64 mil postos de trabalho, o que significa um total de 671 mil empregos criados direta ou indiretamente pelo setor do saneamento básico.

De acordo com números do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento 2010 (SNIS), divulgado em Junho de 2012, a distribuição de água potável chega a 81,1% da população. Relativamente à coleta de esgotos, ela chega a 46,2% dos brasileiros.

Em 2004, segundo uma pesquisa conduzida pela Organização Mundial de Saúde, só no Brasil existiam 13 milhões de pessoas que não tinham acesso a um banheiro.

### **Saneamento básico e saúde**

A Organização Mundial de Saúde define o saneamento básico como “o controle de todos os fatores do meio físico do homem que exercem ou podem exercer efeito deletério sobre o seu bem-estar físico, mental ou social”. O saneamento básico tem como o seu principal objetivo zelar pela saúde do ser humano, tendo em conta que muitas doenças podem se desenvolver quando há um saneamento precário. Assim, as medidas de prevenção que visam promover a saúde do Homem, são as seguintes:

- *Abastecimento de água;*
- *Manutenção dos sistemas de esgotos;*
- *Coleta, remoção e destinação final do lixo;*
- *Drenagem de águas pluviais;*
- *Controle de insetos e roedores;*
- *Saneamento dos alimentos;*
- *Controle da poluição ambiental;*
- *Saneamento da habitação, dos locais de trabalho e de recreação;*
- *Saneamento aplicado ao planejamento territorial.*

### **O saneamento básico no Brasil parou no século XIX**

Os indicadores de saneamento no Brasil são “dramáticos” e fazem o país parecer parado no século XIX.

A organização não governamental realiza estudos e acompanha a situação do saneamento básico no país. De acordo com o Trata Brasil, os últimos dados disponíveis do Ministério das Cidades, de 2009, mostram que cerca de 55,5% da população brasileira não estão ligados a qualquer rede de esgoto e que somente um terço dos detritos coletados no país é tratado.

“Podemos dizer que a grande maioria do esgoto do país continua indo para os cursos d’água, os rios, as lagoas, os reservatórios e, conseqüentemente, o oceano. O Brasil parou no século XIX. Qualquer indicador que você pegue tem níveis dramáticos, que não têm nenhuma relação com o avanço econômico que o Brasil vem tendo”.

O Brasil teve avanços, principalmente com a criação do Ministério das Cidades e com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Os progressos, no entanto, ainda são tímidos em relação às necessidades do país. Segundo ele, atualmente são investidos entre R\$ 7 bilhões e R\$ 8 bilhões por ano em saneamento no Brasil, quantia inferior à necessária para atingir as metas do governo até 2030 – investimento de R\$ 420 bilhões pelos próximos 18 anos, o que corresponde a cerca de R\$ 20 bilhões por ano, de acordo com estimativas feitas pelo Ministério das Cidades.

Mesmo com o aumento dos recursos para saneamento básico nos últimos anos, principalmente por causa do PAC, a maioria dos projetos não sai do papel. Um levantamento divulgado pelo Trata Brasil, sobre as 114 principais obras de saneamento

da primeira fase do programa, mostra que apenas 7% delas estão prontas. Entre as demais, 32% estavam paralisadas e 23% atrasadas.

“O problema não é a falta de recursos. Os municípios não conseguem tocar as obras. Muitos projetos [apresentados ao PAC] estavam desatualizados e tinham problemas técnicos. Muitas obras não passaram nem na primeira inspeção [do programa]”.

Os principais entraves ao avanço do saneamento básico no país são a falta de prioridade dada pelos políticos à questão e a falta de interesse da população em cobrar essas obras das autoridades.

A situação do saneamento básico no Brasil é dramática. De todas as mazelas ambientais do país nada se compara ao descomunal impacto à natureza e ao cidadão causado pela ausência dos serviços de saneamento básico em todo o território. Dados do Ministério das Cidades (base SNIS 2010) mostram um cenário em que 1 em cada 5 brasileiros ainda não possui sequer água tratada para beber. Mais da metade da população ainda não tem acesso à coleta dos esgotos e somente 38% do esgoto do país passa por algum tipo de tratamento antes de ser lançado na natureza.

Significa que 62% do esgoto do país seguem para nossos rios, lagos, reservatórios, bacias hidrográficas e aquíferos da forma como sai dos nossos banheiros. É um volume equivalente a 6.300 piscinas olímpicas de esgoto por dia sendo jogado irresponsavelmente na água que depois temos que tratar para beber.

Principalmente nas maiores metrópoles a poluição causada pelos esgotos é perversa, silenciosa, sorrateira... Acostumamo-nos a ela, não mais nos incomodamos com seu cheiro, “deletamos” as imagens feias da cidade, passamos por cima como se ela não existisse. Perpetuamos o problema ao não sinalizar claramente aos governantes a nossa repulsa pela vala negra na praia, pelo rio poluído, pelo esgoto escorrendo na rua. É um impacto ambiental que retorna ao cidadão nas doenças que ajudam a colocar o Brasil como a 85ª. nação no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) mundial. A 6ª. mais importante economia do mundo ainda convive com descabidos surtos de diarreias, Hepatite A, verminoses, esquistossomose, dermatites e tantas outras enfermidades da água poluída.

Se este descaso é grande nas grandes regiões metropolitanas, o problema é ainda mais complexo nas ÁREAS RURAIS do país. Mesmo que conseguíssemos cumprir as metas do Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB), em discussão pelo Ministério das Cidades para resolver o problema no país em 2030, a previsão é que nas áreas rurais os indicadores chegassem, no máximo, a 77% da população com água potável e 62% com coleta de esgotos. Significa que a universalização do saneamento básico nas áreas rurais nem é sequer prevista num futuro mais longo.

As soluções mais tradicionais para o saneamento rural ainda são a fossa séptica e a fossa rudimentar. – Impacto da fossa séptica biodigestora”, atualmente na zona rural no Brasil coexistem, além da rede coletora, o uso de fossa séptica, ligada ou não à rede de esgoto e predominantemente as fossas rudimentares que são as formas mais comuns. Por terem custos baixos estas soluções se proliferam no Brasil, apesar do risco ao meio ambiente e às pessoas.

As fossas rudimentares, junto com as fossas secas, são consideradas as formas mais antigas; mais avançadas apenas do que a disposição a céu aberto que ainda é uma realidade para 7 milhões de brasileiros segundo a UNICEF. Essas fossas, por serem em sua maioria apenas buracos no solo para coletar os excrementos humanos, não evitam a contaminação das águas, superficiais e subterrâneas. Já as fossas sépticas são unidades de tratamento primário de esgoto nas quais são feitas a separação e a transformação físico-

química da matéria sólida contida no esgoto. É uma maneira simples e barata de disposição dos esgotos e indicada, sobretudo, para a zona rural ou residências isoladas. Se bem cuidada ela evita a contaminação das águas, apesar de não promover a reciclagem dos dejetos humanos. Nelas há uma decomposição dos dejetos tornando o esgoto residual e com menor quantidade de matéria orgânica. Devido à possibilidade da presença de organismos patogênicos, no entanto, a parte sólida deve ser retirada através de um caminhão limpa-fossas e transportada para um aterro sanitário.

## **LIXO**

Melhora o destino final do lixo, cai a participação dos lixões

A Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2000, realizada pelo IBGE, revela uma tendência de melhora da situação de destinação final do lixo coletado no país nos últimos anos. Em 2000, o lixo produzido diariamente no Brasil chegava a 125.281 toneladas, sendo que 47,1% era destinado a aterros sanitários, 22,3% a aterros controlados e apenas 30,5% a lixões. Ou seja, mais de 69% de todo o lixo coletado no Brasil estaria tendo um destino final adequado, em aterros sanitários e/ou controlados.

Todavia, em número de municípios, o resultado não é tão favorável: 63,6% utilizavam lixões e 32,2%, aterros adequados (13,8% sanitários, 18,4% aterros controlados), sendo que 5% não informou para onde vão seus resíduos. Em 1989, a PNSB mostrava que o percentual de municípios que vazavam seus resíduos de forma adequada era de apenas 10,7%.

As 13 maiores cidades são responsáveis por 31,9% de todo o lixo urbano brasileiro. Dos 5.507 municípios brasileiros, 4.026, ou seja 73,1%, têm população até 20.000 habitantes. Nestes municípios, 68,5% dos resíduos gerados são vazados em lixões e em alagados. Se tomarmos, entretanto, como referência, a quantidade de lixo por eles gerada, em relação ao total da produção brasileira, a situação é menos grave, pois em conjunto coletam somente 12,8% do total brasileiro (20.658 t/dia).

## **Drenagem Urbana**

Todos os municípios com mais de 300 mil habitantes têm sistema de drenagem. A PNSB 2000 revela que 78,6% dos municípios do Brasil possuem sistema de drenagem das chuvas, importante para prevenir inundações e alagamentos. É a primeira vez que este tipo de serviço é estudado na pesquisa. Segundo as informações coletadas, a região mais bem atendida é a Sul (94,4% dos municípios têm o sistema), e a menos atendida é a Norte (49,4%). No Sudeste, onde se concentra mais da metade da população nacional, 88,1% dos municípios têm rede de drenagem.

O serviço de drenagem é executado pelas prefeituras municipais em 99,8% dos casos. A PNSB não avaliou a eficiência e sim a existência ou não de rede, independentemente de sua extensão.

Aterro sanitário – técnica de disposição do lixo, fundamentado em critérios de engenharia e normas operacionais específicas, que permite a confinamento segura em termos de controle da poluição ambiental e proteção à saúde pública.

Aterro controlado – local utilizado para despejo do lixo coletado, em bruto, com cuidado de, após a jornada de trabalho, cobri-lo com uma camada de terra, sem causar danos ou riscos à saúde pública e a segurança, minimizando os impactos ambientais

Lixão ou Vazadouro a céu aberto – disposição final do lixo pelo seu lançamento, em bruto, sobre o terreno sem qualquer cuidado ou técnica especial. Vazadouro em áreas alagadas – disposição final do lixo pelo seu lançamento, em bruto.

Instrumentos reguladores — Apesar do alto percentual de municípios que possuem rede, em 73,4% deles não há instrumentos reguladores do sistema, itens importantes no planejamento dos sistemas de drenagem. Esses instrumentos podem ser, por exemplo, a legislação municipal, a Lei de uso e ocupação do solo, um plano diretor ou plano urbanístico global. O Sul é a região onde há maior número de municípios com instrumentos reguladores (43,2%), enquanto o Nordeste fica com o menor número (13,4%). (tabela 70, página 225)

### **Quase todas as cidades brasileiras têm rede de água**

Embora o serviço de abastecimento de água já beneficie quase todas as cidades brasileiras (99,4%), quase um quarto (23%) delas ainda sofre com racionamento. Em 41% dos municípios que contam com rede de distribuição, o desabastecimento dura o ano todo, motivado, principalmente (66%), por secas ou estiagem.

Os dados também revelam desigualdades em termos de abastecimento entre as regiões. Em 2008, dos 5.564 municípios do país, 33, concentrados no Norte e no Nordeste, ainda não dispunham de redes gerais abastecimento de água, sendo 11 na Paraíba. A pesquisa aponta que esse número vem diminuindo ao longo dos anos: de 4,1% em 1998 para 0,6% em 2008.

Ainda segundo o IBGE, em 46,8% dos municípios, o abastecimento de água por rede geral é de responsabilidade de sociedades de economia mista. Em 249, entidades privadas prestam o serviço.

### **Desperdício de água tratada pode chegar a 50% nas grandes cidades**

Por causa de vazamentos, grande volume de água se perde no Brasil entre a captação e a torneira do consumidor, principalmente nas grandes cidades. De acordo com dados do Atlas do Saneamento 2011, seis em cada dez municípios com mais de 100 mil habitantes apresentam perdas entre 20% e 50% do volume de água captada. Nas cidades com população inferior, a perda fica em torno de 20%.

“Em tempos de escassez de água, essas perdas são um problema sério, causadas por vários fatores como insuficiência do sistema, redes antigas e sem manutenção adequada, além de furtos de água. Com tudo isso, o volume que se perde é até difícil de ser mensurado pelas operadoras e pode ser ainda maior.

### **Serviços privatizados**

A existência de instrumento regulador do sistema de esgotamento sanitário ainda é incipiente em todas as regiões brasileiras. Na Região Sudeste, apenas 30% dos seus municípios detêm leis para regular a questão do saneamento. No Norte, o percentual cai para menos de 5%.

O Atlas do Saneamento 2011 destaca esses e outros dados a partir de uma releitura da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2008 (PNSB).

O serviço de abastecimento de água é responsabilidade de entidades não governamentais em 58,2% dos municípios brasileiros, e em 24,7% deles o serviço é feito de forma combinada (24,7%). Somente 17% das prefeituras do país fornecem água à população de forma exclusiva.

Menos de 10% dos municípios das regiões Norte e Nordeste têm algum órgão responsável pelo serviço de esgotamento sanitário. Em 70% dos municípios com algum órgão responsável pelo esgotamento sanitário, as prefeituras fazem também o manejo do lixo, à exceção da Região Sudeste.

De acordo com uma das pesquisadoras do projeto Daniela Santos Barreto, os dados mostram uma enorme desigualdade dentro de uma mesma região metropolitana no que diz respeito à instrumentos de fiscalização, monitoramento e avaliação desse serviço. “Em tese, as regiões metropolitanas são grupos de municípios que têm uma identidade política e nível de desenvolvimento e urbanização semelhantes. Mas ao ver os dados identificamos cidades com baixíssima presença de instrumentos de gestão e outras com legislação municipal específica sobre o assunto e uma política de saneamento bem definida.”

O manejo de águas pluviais foi gerido, na maior parte dos municípios brasileiros, pela própria prefeitura, à exceção daqueles no norte do Pará. O manejo de resíduos também ficou a cargo das prefeituras, majoritariamente, nas regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste. Nas regiões Sul e Sudeste, o serviço foi prestado com a participação de órgãos de mais de uma esfera administrativa.

A cobrança pelos serviços de saneamento básico ocorre em mais de 70% dos municípios da Região Sul. Já a cobrança pelo serviço de manejo de resíduos sólidos é bastante significativa na Região Sudeste, à exceção das cidades localizadas na parte norte de Minas Gerais. Nas demais regiões e no interior, a cobrança quase não existe. Além disso, segundo o estudo, mais de 40% dos municípios da Região Norte não previam no orçamento municipal verba para o manejo de resíduos sólidos. Na Região Sul, mais de 80% dos municípios reservaram parte do seu orçamento para esse tipo de serviço.

**Fontes:**

*Agência Brasil*

IBGE

Terra – Notícias

Atlas do Saneamento 2011 do Instituto de Geografia e Estatística (IBGE)

Dra. Cinthia Cabral da Costa em seu estudo “SANEAMENTO RURAL NO BRASIL

*Fonte: Agência Brasil para o site Redecol Brasil – Dados de 2012*

Sylvia Migue

Édison Carlos, Instituto Trata Brasil

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

Prof. José Luiz Negrão Mucci, do Departamento de Saúde Ambiental da FSP.

Édison Carlos - presidente executivo do [Instituto Trata Brasil](http://www.instituto-trata-brasil.org.br)

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/calendario.shtm>.

<http://revistasustentabilidade.com.br/saneamento-rural-um-enorme-desafio-para-o-brasil/#sthash.TTBjBcfX.dpuf><http://portalkairos.org/cf-2016-casa-comum-nossa-responsabilidade/#ixzz3nXMrJbFo>